

Resumo Executivo

Educação Ambiental: reflexões e desafios no Ensino Superior

Profa. Dra. Carolina Buso Dornfeld
Depto de Biologia e Zootecnia
UNESP – Câmpus de Ilha Solteira
Contato: carolina@bio.feis.unesp.br

Breve histórico da Educação Ambiental

Educação Ambiental (EA) é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo “Educação Ambiental”, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica. O adjetivo ambiental designa uma classe de características que qualificam essa prática educativa, diante desta crise ambiental que ora o mundo vivencia.

Entre essas características, está o reconhecimento de que a Educação tradicionalmente tem sido não sustentável, tal qual os demais sistemas sociais, e que para permitir a transição societária rumo à sustentabilidade, precisa ser reformulado. EA, portanto, é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental.

Para entender um pouco melhor o significado de Educação Ambiental, é importante entender também a sua origem. Considera-se que a história da Educação Ambiental é entrelaçada com a história do Movimento Ambientalista Mundial. Sendo assim, uma breve apresentação dos principais eventos estão na Tabela 1.

Tabela 1. Histórico das principais Conferências Internacionais referentes às questões Ambientais e à Educação Ambiental.

Ano	Cidade/País	Conferências	Enfoque
1972	Estocolmo/ Suécia	Conferência de Estocolmo	- Políticas de gerenciamento do ambiente - reconhecimento da educação ambiental como elemento crítico para combater a crise ambiental
1974	Haia/ Holanda	I Congresso Internacional da Ecologia	- uso indiscriminado dos Clorofluorcarbonos – CFCs
1975	Belgrado/ Iugoslávia	Conferência de Belgrado	- princípios e orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA
1977	Tbilisi/ Geórgia	Conferência de Tbilisi	- conceito de meio ambiente - conceito de Educação Ambiental
1992	Rio de Janeiro/ Brasil	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)- Rio-92	- combate ao analfabetismo ambiental - reconhecimento da insustentabilidade do modelo econômico vigente
1997	Thessaloniki/ Grécia	Conferência da Tessalônica	- papel crítico da educação - conscientização para se alcançar a sustentabilidade
2002	Johannesburgo/ África do Sul	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10	-balanço de dez anos da Agenda 21 - reafirmação da insustentabilidade do modelo econômico vigente - problemas associados à globalização
2012	Rio de Janeiro/Brasil	Rio + 20	-a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável

Assim, as estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo neste contexto as ações em Educação Ambiental (EA). Dessa forma, assim como as medidas políticas, jurídicas, técnico-científicas, institucionais e econômicas voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental despontam também as atividades no âmbito educativo (BRASIL, 2005).

Políticas Públicas em Educação Ambiental

As ações e a construção da Política Pública de EA do Estado brasileiro remontam ao ano de 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA e a respectiva Divisão de Comunicação e Educação Ambiental, embrião do que viria a ser o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – MMA - (DEA/MMA), um dos órgãos responsáveis pela implementação da política pública de EA (TAMAIIO, 2008).

No Brasil existe a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – promulgada pela Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA – instituído pelo MMA. Além disso, existem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), obra do MEC que trata a temática ambiental como conteúdo transversal de todas as disciplinas do currículo escolar (BRASIL, 1998).

Todo esse processo de institucionalização da EA no país está intimamente relacionado com o movimento ecológico, que surgiu da preocupação da sociedade com a qualidade da existência humana, com o futuro da vida. Assim, foi no movimento ecológico que emergiu a compreensão da crise como uma questão de interesse público, isto é, que afeta a todos e da qual depende o futuro das sociedades (TAMAIIO, 2008).

Em 2002, no Fórum Global para o Desenvolvimento Sustentável (DS), realizado em Johannesburgo, na África do Sul, foi proposta a proclamação da Década Internacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável

(DEDS) para o período 2005-2014 (OMETO et al, 2014). Ela foi aprovada em dezembro do mesmo ano de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2012).

Ainda segundo a UNESCO, a promoção da DEDS deveria ocorrer especificamente no "estabelecimento de padrões de qualidade para a educação voltada ao desenvolvimento sustentável, considerando a integridade ambiental, viabilidade econômica e justiça social como objetivos a serem alcançados para as gerações atuais e as futuras". Esperava-se que esse esforço educacional poderia criar incentivos para mudanças comportamentais que seriam desdobradas em um futuro mais sustentável (UNESCO, 2012).

Educação Ambiental em Instituições de Ensino Superior

Ninguém nega a importância da questão socioambiental e da educação ambiental. No entanto, apesar de nunca ter se falado tanto sobre elas (a questão ambiental e a educação a ela relacionada), nunca se degradou tanto como nos dias atuais. Os investimentos e a centralidade dessas questões nas políticas empresariais, governamentais, não governamentais, familiares e individuais ficam na retórica e não há materialização dessa propalada e necessária mudança cultural (SORRENTINO, BIOSOLI, 2014).

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nas universidades em particular, isso não é diferente. Encontram-se iniciativas valorosas de forma isolada (uma disciplina aqui, um centro de estudos e pesquisas ali, um projeto de extensão acolá ou até mesmo um programa institucional de sustentabilidade ou de educação ambiental), mas, como vagalumes, acendem e apagam e têm vida curta ou, quando mais longevas são andorinhas solitárias e não propiciam um verão menos turbulento, seja em função da amplitude das mudanças climáticas ou mudanças socioambientais globais, seja por serem políticas marginais dentro das instituições.

Os autores acima citados fazem em seu artigo alguns questionamentos que também são nossos:

1. Como enfrentar tarefa de tamanha magnitude?

2. Como sair da marginalidade e trazer a questão ambiental e de uma educação com ela comprometida para o coração das instituições, comprometendo-as com a construção de sociedades sustentáveis?

3. Como dar o testemunho dessa busca, ambientalizando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, envolvendo toda a comunidade?

A EA preconizada na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Assim, utilizo-me do artigo "**Ambientalização das instituições de educação superior: a educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis**" (SORRENTINO, BIOSOLI, 2014) para ponderar alguns caminhos possíveis de serem traçados e percorridos que serão colocados sucintamente nas linhas a seguir.

Caminhos a serem percorridos:

a) O primeiro eixo transversal propiciador da ambientalização é o do diálogo sobre utopias e valores. As instituições não podem negligenciar essa responsabilidade de propiciar, a cada um dos seus participantes, um questionamento profundo do consumismo que nos distancia de nós próprios e de apresentar um grande leque de utopias de todos os tempos, estimulando, em cada pessoa, a construção de seus próprios valores e virtudes.

b) O segundo eixo transversal para a construção dessa ambientalização das instituições é metodológico. Pode-se adotar a sugestão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como ponto de partida, enunciando quatro aprendizados essenciais ao futuro profissional do estudante-cidadão de todas as áreas e regiões: Aprender a aprender, Aprender a fazer, Aprender a estar junto e Aprender a ser. Pode-se também explicitar essas proposições na perspectiva metodológica da práxis, ou seja, o aprender fazendo, fundamentando e perseguindo o compromisso político de uma sociedade melhor e condições existenciais melhores para todos.

c) Como último procedimento sugerido, mas que pode estar no centro dessa mudança cultural em direção ao comprometimento com a construção de sociedades sustentáveis, vem a definição de um território prioritário para a atuação da Instituição, no qual ela fomente um coletivo educador formado por diversas outras instituições e pessoas que formulem e implantem cooperativamente um Projeto Político e Pedagógico emulador de demandas para as suas atividades de Pesquisa, Ensino, Gestão e Extensão.

Enfim, corroboramos os autores quando citam que a formulação e a implantação de políticas públicas comprometidas com a transformação de nossas sociedades em direção à sustentabilidade socioambiental exigem a ambientalização de todas as instituições e movimentos instituintes, e o papel a ser jogado pelas IES nesse panorama é absolutamente relevante.

Segundo Brandão et al (2014), as universidades são espaços de conhecimento, pesquisa e ensino e, como consequência, de transformação da sociedade por meio do desenvolvimento intelectual e da liberdade de pensamento. Não há dúvidas, portanto, que **a universidade deve exercer exemplo em sustentabilidade nos âmbitos social, econômico e ambiental** (UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, 2011).

Diversas universidades no mundo têm realizado esforços para fomentar ações de sustentabilidade em seus campi, nesse sentido, como forma de diagnosticar a situação atual da universidade, acompanhar avanços ao longo do tempo, avaliar a eficácia de programas em sustentabilidade e reportar os resultados dessas iniciativas, torna-se fundamental a definição de critérios e indicadores, pois estes atuam como ferramentas para a avaliação da sustentabilidade.

Indicadores ambientais selecionados durante as Oficinas de Mobilização da Rede Viva Melhor

De acordo com levantamento realizado durante as Oficinas, alguns pontos mereceram destaques por parte dos participantes. As propostas a respeito da educação ambiental envolveram desde a informação até a

conscientização, divulgação e realização das atividades como a separação dos resíduos para reciclagem.

- Educação para uso da água, papéis e energia elétrica
- Distribuição de canecas com informativo
- Maior divulgação sobre a coleta de materiais recicláveis como seleção e suas finalidades
- Promover interação do corpo de funcionários e alunos em prol de práticas sustentáveis (passeios ecológicos, caminhadas, palestras, feiras)
- Uso consciente de materiais no ambiente de trabalho
- Promover mudança de cultura (conscientização) com implantação de programas de sustentabilidade ambiental (coleta seletiva, resíduos químicos) a toda comunidade
- Implantar logística de coleta seletiva
- Coleta de lixo eletrônico

Os pontos citados pelos participantes atendem os principais temas que têm sido trabalhados atualmente nas IES, quais sejam: Consumo de energia elétrica, Consumo de água, Resíduos, Mobilidade e transportes, Áreas edificadas, Consumo de papel e Emissões (gases do efeito estufa).

Sendo assim, algumas reflexões acerca desses temas podem ser feitas à partir dos materiais disponibilizados como material de apoio e que compreendem cartilhas educativas acerca dos temas citados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, M.S.; MALHEIROS, T.F.; LEME, P.C.S. Indicadores de sustentabilidade para a gestão ambiental universitária: o caso da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. In: Ruscheinsky et al (orgs) Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. p. 62-82, 2014.

BRASIL. PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 09 nov.2012.

BRASIL. ProNEA / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102 p. Diretoria de Educação Ambiental/ Ministério da Educação.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2012

OMETO, A.R.; PUGLIERI, F.N.; SAAVEDRA, Y.M.B.; AZANHA, A.; MUNETTI, M.A. Diagnóstico inicial e proposta de ambientalização curricular no curso de graduação de Engenharia de Produção da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. In: Ruscheinsky et al (orgs) Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. p. 165-184, 2014.

SORRENTINO, M.; BIOSOLI, S. Ambientalização das instituições de educação superior: a educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis. In: Ruscheinsky et al (orgs) Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. p. 39-46, 2014.

TAMOI, I. A política Nacional de educação ambiental. BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Salto para o futuro: educação ambiental no Brasil. Brasília, DF: Tv Escola, 2008. p. 21-29. (Boletim, 1, v. 18, março de 2008).

UNESCO. Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável: 2005-2014 – documento final – plano internacional de implementação. Brasília: Escritório da UNESCO no Brasil, 2005. [original: 2004]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 24 jun 2014.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. Plan de desarrollo sostenible. Disponível em: https://www.usc.es/plands/varios/doc/plan_desenv_sost_cast.pdf, Acesso em 10 jan 2015.